LEI MUNICIPAL Nº 1839/2006
DE 27 DE NOVEMBRO DE 2006.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME – DE SÃO JOSÉ DO OURO, RS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERNANDO GRASSI, Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Educação – PME – de São José do Ouro, RS, constante no documento anexo, com vigência de dez (10) anos.

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de São José do Ouro, definindo as diretrizes, os objetivos e metas em conformidade com o Plano Nacional de Educação.

Art. 3º. A partir da vigência desta Lei, o Município de São José do Ouro, instituirá o Sistema de Avaliação e estabelecerá os mecanismos e procedimentos necessários ao acompanhamento das Diretrizes e Metas constantes neste Plano.

§ 1º. Compete ao Conselho Municipal de Educação proceder ao acompanhamento e as avaliações periódicas deste Plano para sua implantação e operacionalização.

§ 2º. A primeira avaliação do Plano, realizar-se-á no 4º ano de vigência desta Lei, cabendo ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas decorrentes visando a correção de deficiências e distorções.

Art. 4º. O Município fará a divulgação deste Plano para a comunidade escolar, buscando a sua participação no acompanhamento da sua execução.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 6º. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO - RS, 27 DE NOVEMBRO DE 2006

Pedro Fernando Grassi
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2006

PLANO

MUNICIPAL

DE

EDUCAÇÃO

DECÊNIO 2007/2017

SÃO JOSÉ DO OURO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Instituição: Lei Municipal nº 1839/2006, de 27.11.2006.

O Plano Municipal de Educação (PME) de São José do Ouro consiste num documento referência do município, o qual se propõe a avaliar o sistema educacional com diretrizes e metas, para orientar a política da educação nos dez anos seguintes a sua aprovação.

Constitui-se num instrumento concreto e operacional que serve para orientar as decisões e ações do município no cumprimento dos objetivos definidos pela Constituição (art. 214) e pela LDB(art. 9º e 87).

Considerando que a educação não é somente processo, mas sobretudo projeto, intencionalidade e proposta de mudança , o PME de São José do Ouro contém além dos desdobramentos das diretrizes e metas gerais da União e do Estado, o estabelecimento de um conjunto de princípios sobre homem, educação e sociedade.

HOMEM: ser transformador e participante da história, detentor do conhecimento e por isso crítico. Consciente de sua própria condição e de sua função como agente portador da cidadania, sujeito dotado de sensibilidade, mantendo sua crença na real possibilidade de uma sociedade mais humana, solidária e fraterna.

EDUCAÇÃO: Veículo condutor das atitudes humanas. Prática de interação entre a história e a vida do sujeito. Atividade desenvolvida pelo homem ao longo de sua existência, estrutura voltada para a manutenção de um sistema ou para transformação e construção de novos paradigmas sociais e humanos. Instrumento valioso no resgate da humanização garantindo assim a essência e a condição de homem integral.

SOCIEDADE: concebe-se sociedade como sendo um sistema estruturado sob a pluralidade cultural, a diversidade de dogmas e ideologias, além de marcada radicalmente pelas diferenças econômicas.

No entanto, constitui-se também de sujeitos que ao exercer a cidadania estarão operando as transformações necessárias para a superação da competição, da exclusão e do individualismo que a configura como desumana, alcançando enfim o equilíbrio entre as diferentes formas de expressão de cada ser ou de cada grupo social,bem como garantindo a todos uma vida digna calcada na justiça.

Apresenta ainda um diagnóstico da realidade do município da rede pública municipal e estadual em todos os níveis e modalidades e, a partir deste, o estabelecimento de diretrizes e metas para os próximos dez anos. Sua construção contemplou estudos e análises específicos, tendo as seguintes comissões temáticas como foco de discussão:

* Educação Infantil;
* Ensino Fundamental;
* Educação de Jovens e Adultos;
* Educação Especial;
* Formação e Valorização do Magistério;
* Financiamento e Gestão da Educação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas. Houve substancial queda da taxa de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população.

Numa sociedade democrática ao contrário do que ocorre nos regimes autoritários, o processo educacional não pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação. Tal projeto deve resultar do próprio processo democrático , nas suas dimensões sociais amplas, envolvendo a composição de diferentes interesses e a negociação política necessária para encontrar soluções para os conflitos sociais.

Para isso faz-se necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os educandos. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Uma educação compatível com as necessidades da sociedade tem sido o sonho mais acalentado de todo o Sistema de Ensino, em todos os momentos históricos, porque é nessa sociedade que os sujeitos da educação estabelecem o seu espaço de vida social, emocional e de desenvolvimento cognitivo.

Educação é formar pessoas verdadeiramente humanizadas e felizes. Isso significa formar pessoas com muita ética, princípios e projetos de vida.

Que educação é essa que forma um mundo de desigualdade? Que educação é essa que forma um mundo em que a competitividade é um valor acima da solidariedade? Que educação é essa que, ela própria, é fator de estímulos à competitividade , na forma de provas, prêmios, humilhação dos que não passaram de ano, dos que não avançaram – e que são a maioria?

Dentro deste contexto há um desafio: como resgatar isso nos valores étnicos da vida social, o que é muito mais difícil, porque o neoliberalismo inverteu a equação de valores.

Entende-se então como fundamental a construção do Plano Municipal de Educação com a participação da sociedade civil nos debates, influenciando , efetivamente, nas decisões que incidem no conteúdo e na forma de implementação de políticas públicas , buscando na prática a definição de novas fontes e formas de financiamento , a definição de um custo /qualidade , e de novas formas de gestão. É a partir desse cotidiano e dessa prática que veremos surgir os resultados desejados em prol de educação de qualidade que a Constituição de 1988 coloca no horizonte , a qual visa o desenvolvimento pleno do indivíduo além de seu preparo para o trabalho e para o exercício da cidadania.

De acordo com a Constituição Federal " a educação é direito social" e " dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o direito à educação com absoluta prioridade à criança e ao adolescente".

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz ainda que são deveres do município:

- organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições municipais de ensino;

- exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

- baixar normas complementares às normas nacionais;

- autorizar,credenciar e supervisionar estabelecimentos de ensino, quando o sistema municipal de ensino já estiver organizado.

Entretanto é importante salientar que o PME não pode estar descolado dos objetivos da população e que este município tem uma trajetória de afirmação política que deve ser respeitada.

Vale ressaltar também a importância de a sociedade civil cumprir uma determinação explícita no PME, que é a de garantir a continuidade de implementação do Plano. O PNE afirma que "os objetivos e as metas deste Plano somente poderão ser Plano de Estudo, mais do que Plano de governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade consigo mesma."

Breve histórico de São José do Ouro

O município de São José do Ouro está localizado na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na zona dos Campos de Cima da Serra. Limita-se ao Norte com os municípios de Barracão e Machadinho , ao Sul com os municípios de Tupanci do Sul e Santo Expedito o, a Leste com os municípios de Barracão e Lagoa Vermelha e a Oeste com o município de Cacique Doble.

Localizado numa região de clima subtropical, a uma altitude de 680metros, possui temperatura média anual de 18 graus com a ocorrência de fortes geadas nos meses de inverno. Tem uma superfície de 365 km² e uma população aproximada de 7.000 habitantes.

É formado de uma área de campos nativos usados para a pecuária, destacando-se nos últimos anos o investimento na bacia leiteira. Com o advento da mecanização agrícola, vasta área tem sido usada para o cultivo da soja e do milho.

A produção de uva para a comercialização de vinho também vem crescendo com destaque. A área do atual município teve uma das maiores reservas florestais de Araucária Angustifolia (pinheiro brasileiro)

A colonização de São José do Ouro deu-se a partir do ano de 1905 por imigrantes italianos, oriundos das colônias da região de Caxias do Sul. Sua primeira denominação foi linha Cachoeirinha, passando posteriormente a chamar-se Linha São José, São José do Cacique, Valzomiro Dutra e em 20.04.1960 conforme a lei 166, da prefeitura de lagoa vermelha passa a denominar-se Marmeleiro.

A partir da Res. n□ 203 muda sua designação para São José do Ouro, denominação essa devida à existência da lagoa do ouro nas proximidades da vila.

Até o ano de 1860 as terras do atual município pertenciam ao estado.Era mata virgem e completamente desabitada. A partir da chegada dos primeiros colonizadores iniciou-se a agricultura.

Com o passar do tempo comércio e a indústria começaram a florescer. A primeira indústria foi um moinho tocado a água.Mais tarde devido a grande quantidade de araucária instalaram-se na região muitas indústrias madeireiras(serrarias).

Nas primeiras décadas da colonização, mesmo aqueles que exercessem outra profissão como ferreiro, carpinteiro, alfaiate e outras, dedicavam parte do seu tempo nas atividades agropastoris.

O Indice de Desenvolvimento Humano – IDH- deste município é o seguinte:

*esperança de vida ao nascer = 69 anos

*taxa de alfabetização de adultos = 0,91%

*taxa bruta de freqüência escolar = 0,96¨%

*renda per capita = R$ 250,09

*índice de esperança de vida = 73 anos

*índice de educação = 0,93%

*índice de desenvolvimento humano município = 0,78

*ranking por UF = 227

*ranking nacional = 880

Em 1960, a partir da instalação do município, teve início o ensino municipal através do ensino primário – SEDEP , regulamentando assim as atividades educacionais que haviam iniciado com os primeiros colonizadores funcionando precariamente em casa de particulares.

Hoje, São José do Ouro conta com 06 escolas de ensino fundamental e uma escola de educação infantil na rede municipal, uma escola de ensino fundamental e uma de ensino médio da rede estadual.

1- ENSINO FUNDAMENTAL

1.1- INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito. O artigo 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Ele é básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar com o meio social e político. É prioridade oferece- lo a toda população brasileira. O artigo 208,§ 1°, da Constituição Federal afirma: "o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito é direito público subjetivo" e seu não oferecimento pelo poder público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

A oferta do Ensino Fundamental nas escolas públicas, rurais e urbanas, é uma responsabilidade compartilhada entre estado e município. Em São José do Ouro/ RS a demanda é atendida em duas redes de ensino: Municipal e Estadual.

1.2- DIAGNÓSTICO

De acordo com o quadro 1.1 com dados do IBGE, nota-se que a estimativa da população de 07 a 14 anos decresceu continuamente do ano de 2000 ao ano de 2005. Acredita-se que esse decréscimo seja proveniente da diminuição do número de filhos por família e também da migração da população para outros centros em busca de melhores condições de vida.

Percebe-se também que não há uma compatibilidade no número da população de 07 a 14 anos com o número de alunos de 1ª a 8ª séries, sendo este último maior em relação ao primeiro. Esta diferença pode ser justificada devido à distorção de idade por série dos alunos.

Conforme dados dos alunos matriculados com idade de 07 a 14 anos de 1ª a 8ª séries na rede municipal de ensino, nota-se que houve uma proximidade no número de alunos na rede municipal em relação à rede estadual de ensino.

Houve um decréscimo na taxa de aprovação dos alunos do Ensino Fundamental nos anos de 2000 a 2004. Este decréscimo é incompatível com o sistema de ensino oferecido para os alunos, sendo que estes possuem várias formas para recuperar e valorizar seu aprendizado. Acredita-se que este aumento na taxa de reprovação seja proveniente da nova estrutura familiar, onde a mesma está jogando toda responsabilidade na escola e esta vem assumindo um duplo papel, pois além de se preocupar com o aprendizado do aluno, está também colaborando com sua integridade física. Com relação à taxa de abandono, nota-se que a mesma permaneceu estável, isto em decorrência do auxílio do Bolsa Escola que é uma forma de regular a freqüência do aluno na mesma, evitando assim a evasão escolar; e com a ajuda do Conselho Tutelar houve um controle maior em relação à presença do mesmo no estabelecimento de ensino. Este fato positivo no abandono escolar deve-se também ao atendimento do transporte escolar em todas as comunidades rurais, quando pelo menos 98% dos alunos têm acesso à escola. Um total de 115 alunos têm atendimento dentro da sede do município. Conforme dados da tabela 1.8 a taxa de distorção por série dos alunos do Ensino Fundamental (levantamento do ano de 2005) oscila de 1ª a 3ª série, enquanto que a mesma aumenta a partir da 4ªsérie, fato decorrente do aumento de reprovação conforme o nível da série em que se encontra. A permanência dos alunos é de 4 horas por dia na escola, sendo que todas possuem CPM, Projeto Mãe Amiga da Merenda Escolar, algumas com mães conselheiras e Grêmio Estudantil na Rede Estadual.

O município possui 6 escolas que atendem ao Ensino Fundamental; enquanto algumas atendem de 1ª a 8ª séries, outras atendem apenas de 1ª a 4ª séries ou de 4ª a 8ª séries entre outras, devido à variação de clientela de cada comunidade, pois possuem realidades diferentes. Hoje no município apenas uma escola possui classe multisseriada e nas demais o funcionamento é normal com quadro de professores completo. A situação física e pedagógica das escolas é estável, pois enquanto algumas encontram-se em bom estado, outras necessitam de reparos nos diferentes setores.

O programa de alimentação escolar está sendo suprido com uma boa qualidade, devido ao acompanhamento de uma profissional, bem como treinamento com as pessoas que trabalham na área e também com a colaboração de algumas mães engajadas no projeto Mãe Amiga da Merenda Escolar.

Todas as escolas possuem um Projeto Político Pedagógico, adequado cada um a sua realidade, obedecendo as normas da LDB.

1.3- A população de 07 a 14 anos, nos últimos 5 anos de acordo com dados do IBGE, estão descritas no quadro abaixo:

População	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estimativa da população de 7 a 14 anos	944	935	926	921	917	913
Alunos de 1ª a 8ª séries	1173	1110	1085	1052	1033	982

1.4-No ano de 2005 os alunos matriculados com idade de 07 a 14 anos no Ensino Fundamental estão a seguir relacionados:

Dados da matrícula	Rede Municipal		Rede Estadual
	Urbana	Rural	Urbana
Nº de alunos de 1ª a 8ª séries	223	278	533
Nº de turmas de 1ª a 8ª séries	10	23	21
Nº de escolas de Ensino Fundamental	01	05	02
Nº médio de alunos por escola	223	55,6	266,5
Nº Médio de alunos por turma	22,3	12	25,3

1.5- Taxa de aprovação, reprovação e abandono por série do Ensino Fundamental, nos anos de 2000 a 2004.

Evolução das taxas de aprovação no Ensino Fundamental:

	2000			2001			2002			2003			2004		
	A	%	R	A	%	R	A	%	R	A	%	R	A	%	R
1º	70	77,7	20	72	75	24	74	79,5	19	49	64,4	27	63	76,8	19
2º	59	92	05	62	92,5	05	63	90	07	76	87,3	11	43	76,7	13
3º	67	98,5	01	47	95,9	02	58	95	03	63	94	04	69	89,6	08
4º	57	95	03	56	94,9	03	44	89,7	05	48	77,4	14	61	80,2	15
5º	37	86	06	58	95	03	50	87,7	07	49	90,7	05	48	80	12
6º	58	93,5	04	33	97	01	50	86,2	08	53	86,8	08	41	78,8	11
7º	-	-	-	23	100	-	12	75	04	50	94,3	03	43	82,6	09
8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	96	02

Evolução nas taxas de reprovação do Ensino Fundamental:

Séries	2000	2001	2002	2003	2004
1ª	22 %	25 %	20 %	35 %	23 %
2ª	0,7	0,7	10	12	23
3ª	0,1	0,4	0,4	0,5	10
4ª	0,5	0,5	10	22	19
5ª	13	0,4	12	0,9	20
6ª	0,6	0,2	13,7	13	21
7ª	-	0	25	-	17
8ª	-	-	-	-	0,4

1.6- Evolução das taxas de abandono no Ensino Fundamental:

Séries	2000	2001	2002	2003	2004
1ª	-	-	-	-	01 (0,01)
2ª	-	-	-	-	01 (0,01)
3ª	-	01 (0,02)	-	-	-
4ª	02 (0,03)	01 (0,01)	-	-	-
5ª	-	01 (0,01)	01 (0,01)	-	-
6ª	-	01 (0,02)	01 (0,01)	01 (0,01)	-
7ª	-	-	-	02 (0,03)	01 (0,01)
8ª	-	-	-	-	01 (0,02)
Taxa média	0,03	0,015	0,01	0,02	0,12

1.8- Taxa de distorção, série por série, do Ensino Fundamental do ano de 2005:

Séries	Número total de alunos	Número de distorção	Taxa %
1ª	112	7	6,25
2ª	120	5	4,16
3ª	117	11	9,4
4ª	131	16	12,21
5ª	141	25	17,73
6ª	138	41	29,71
7ª	119	22	18,48
8ª	104	16	15,38
Total	982	143	14,56

1.9- Escolas Municipais e Estaduais

A Rede Municipal de Ensino Fundamental conta hoje (ano de 2005) com 7 escolas a seguir relacionadas: E.M.E.F. Florentina Lottici (5ª a 8ª séries); E.M.E.F. Adelino Bianchim (Educação Infantil e 1ª a 4ª série); E.M.E.F. Eugênio Perineto (4ª a 8ª séries); E.M.E.F. Antônio Manfron (3ª a 8ª séries); E.M.E.F.Cristiano Magnante (1ª a 4ª séries); E.M.E.F. Luciano Antônio Dondé (1ª a 5ª séries e E.M.E.I. Santa Rita, Berçário Maternal e Infantil), sendo que as cinco primeiras relacionadas estão localizadas na zona rural do município e as duas últimas na sede. A Rede Estadual de Ensino Fundamental está constituída de duas unidades localizadas na zona urbana do município, sendo que a E.E.E.F. Professora Carmem Scotti Pacheco comporta alunos desde a Educação Infantil à 8 série e a E.E.E.M. José Gelain comporta alunos de 4ª a 8ª séries, EJA do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

As escolas acima citadas apresentam quanto ao aspecto físico, material didático- pedagógico as seguintes condições:

- E.M.E.F.LUCIANO ANTÔNIO DONDÉ:

Funciona em prédio alugado (Rotary Club) com espaço insuficiente para atender a clientela que recebe, visto que além dos 182 alunos do Ensino Fundamental, atendem 42 alunos da pré-escola pertencentes à E.M.E.I. Santa Rita. O prédio é pequeno e o espaço que possui aos fundos necessita de modificações para que possa ser adequado à realização de atividades recreativas. As instalações elétricas estão em boas condições, mas a rede de esgotos precisa de reformas.

A escola possui um computador, uma impressora, uma TV 20 polegadas, 2 rádio-cd, um vídeo, uma batedeira, um liquidificador, 2 geladeiras, um freezer, um forno elétrico, um fogão semi- industrial- 4 bocas e uma pia (necessita de um fogão maior e uma pia com 2 bacias).

Neste ano de 2005 esta escola enfrentou dificuldades quanto o número de livros didáticos para 4ª e 5ª séries, principalmente de geografia, história e matemática, sendo que os alunos são obrigados a trabalhar em grupos em sala-de-aula, não podendo concluir as atividades em casa, por falta de material. Esta situação deve-se ao fato de que estes livros vêm para as escolas conforme o número de alunos do ano anterior.

Os livros enviados pelo Programa Nacional do Livro Didático (História, 4ª série) não correspondem aos conteúdos mínimos.

E.M.E.F.ANTÔNIO MANFRON:

Possui 4 salas de aula amplas e bem arejadas, uma biblioteca, secretaria, sala de professores, cozinha pequena e dois sanitários (masculino e feminino), apresenta boa instalação elétrica, água de poço artesiano e rede de esgotos.

Possui horta escolar de onde se retira produtos para a merenda escolar, e um amplo terreno onde são plantados aproximadamente 2 hectares de soja.

A escola possui televisão, vídeo-cassete, retroprojetor, mesa de pingue- pongue, 2 geladeiras, um fogão industrial, um mimeógrafo, máquina de escrever, aparelho de som, alarme e aquecedores.

Quanto ao material didático, além dos já mencionados, possui livros de história infanto-juvenil em número razoável, bem como livros pedagógicos em número reduzido sendo que alguns foram adquiridos pela própria escola.

Haverá necessidade de uma quadra de areia para a prática de vôlei.

E.M.E.F. FLORENTINA LOTTICI:

Possui 4 salas de aula, 2 com capacidade para 20 alunos e 2 para 15 alunos. Possui uma biblioteca, 2 banheiros, uma cozinha e secretaria insuficiente para atender as necessidades da escola, necessitando de ampliação.

A instalação elétrica é inadequada necessitando de reparos, bem como a rede de esgoto.A água da escola provém de um poço artesiano comunitário, a mesma apresenta contaminação de coliformes fecais devido a localização do poço, sendo que por muitas vezes o abastecimento foi interrompido devido a problemas mecânicos dificultando as atividades das escola, principalmente na merenda escolar e da higiene.

Quanto ao material didático, a escola está bem equipada. Possui televisão, vídeo, computador, impressora, xerocadora e mimeógrafo em más condições de uso, forno elétrico, freezer, geladeira, liquidificador, batedeira, 4 aquecedores, um rádio- cassete e um rádio cd, e alarme.

O espaço físico externo da escola é amplo, parte dele possui plantação de erva mate, sendo que a mesma, quando cortada é vendida. O pátio da escola necessita de cercado, portão, escavação para melhoria do campo de futebol e vôlei para a prática de educação física.

E.M.E.F. CRISTIANO MAGNANTE:

Funciona apenas no turno da tarde, sua clientela são alunos de 1ª a 4ª séries. A escola funciona em prédio próprio em estado regular; instalação elétrica ruim, 2 sanitários em bom estado, material didático em bom uso. A escola possui 2 salas de aula, biblioteca, secretaria, cozinha bem equipada.

Quanto ao lixo, o mesmo é enterrado e a água vem de poço artesiano.

E.M.E.F.ADELINO BIANCHIN:

Dispõe de 5 salas de aula, todas sendo ocupadas somente no turno da tarde. A escola ainda possui cozinha ampla, secretaria, sala de professores, parque de diversão, banheiros adaptados para o funcionamento da pré-escola e instalações elétricas adequadas. Quanto ao material didático, dispõe de coleções de livros e livros didáticos. Como recursos didáticos possui mimeógrafo, TV, vídeo e aparelho de som.

O prédio está muito bem conservado, todo pintado por dentro e por fora, tendo sido reformado no início deste ano.

E.E.E.F.PROFESSORA CARMEN SCOTTI PACHECO:

Possui 12 salas de aula amplas e bem arejadas, instalação elétrica e sanitária em boas condições de uso, cozinha bem equipada, sala de professores, biblioteca bem equipada com acervo diversificado. Há necessidade de mais salas para vídeo e computação, pois os mesmos estão inutilizados devido a falta de espaço físico.

O prédio está bem conservado, possui um pátio amplo, onde existe uma quadra poli esportiva em construção.

Ainda possui uma área coberta para a prática de educação

E.M.E.F.EUGÊNIO PERINETTO:

Possui 5 salas de aula sendo ocupadas manhã e tarde. A escola ainda possui no prédio, instalações elétricas e móveis em estado regular. Os sanitários encontram-se em estado precário, porém os equipamentos de cantina, material didático e equipamentos eletrônicos estão em bom estado.

Quanto à prática de educação física na escola é usado o campo da comunidade e uma vez por mês é utilizado o ginásio de esportes da cidade, pois a escola não tem estrutura para a prática de educação física.

Há necessidade de uma quadra de vôlei para a prática do mesmo.

E.E.E.M.JOSÉ GELAIN:

A escola tem prédio próprio, não compartilhado com outra entidade; possui 13 salas de aula, amplas e arejadas com capacidade para 30 alunos.

As demais salas são utilizadas para diretoria, secretaria, sala de professores, almoxarifado, auditório com capacidade para 54 lugares, laboratório de informática, laboratório de ciências (bem equipado), sala de recursos, cozinha e refeitório (espaço adequado com mobiliário completo). A biblioteca possui bom acervo literário e didático. A escola conta também com depósito de alimentos. Para uso discente possui um sanitário masculino com 4 divisórias e feminino com 5 divisórias; para os docentes um feminino com 2 divisórias e um masculino com 1 divisória, possuindo ainda um feminino desativado. Ainda consta de sala de leitura para atendimento de alunos do Ensino Fundamental, sala de coordenação pedagógica, saguão, salão de atos, sala do Grêmio Estudantil, sala para uso exclusivo de alunos de literatura e sala de rádio. As instalações elétricas estão em bom estado, instalações hidrossanitárias em condições precárias.

A escola não utiliza a rede de esgoto urbana tendo fossas sépticas próprias, necessitando de reparos. A escola está bem equipada em relação aos materiais eletrônicos.

Algumas salas de aula, além de possuírem o quadro de giz , contam também quadro branco.

O pátio da escola é grande com quadra de areia para a prática de educação física, a qual também é realizada no ginásio de esportes municipal.

Possui moradia própria com 4 cômodos para uma funcionária pública, horta escolar e 2 linhas telefônicas interligadas à internet.

Realiza a separação do lixo o qual é mandado para reciclagem.

1.10 - Participação da Comunidade nas Escolas Municipais

Tipo		Escola E.F
Espontânea		06
Institucional	Associações de Pais	06
	Conselho Escolar	06
TOTAIS		18

1.11- Situação do Programa de Alimentação Escolar

O serviço de merenda escolar é bem atendido. O repasse de verbas é feito pelo governo federal com contrapartida do município. É desenvolvido o projeto "Mãe amiga da merenda escolar", no qual as mães se dirigem às escolas para auxiliar na elaboração da merenda como bolachas, massas, etc

Em algumas escolas, a merenda é complementada com produtos extraídos da própria horta escolar.

Há acompanhamento de nutricionista, a qual faz a distribuição adequada da merenda às escolas, além de acompanhamento nutricional no cardápio.

1.12- Classes Multisseriadas

Na Rede Municipal de Ensino, apenas uma escola possui classe multisseriada, apresentando 21 alunos, sendo que entre 1ª e 2ª séries o número de alunos é 11 e entre 3ª e 4ª séries, 10 alunos.

1.13- Situação do Programa de Transporte Escolar do Município

O transporte escolar é realizado por 08 ônibus e 02 kombis pertencentes à Secretaria Municipal de Educação e por 04 ônibus terceirizados contratados pelo poder público a fim de atender toda a demanda de alunos que necessitam do mesmo. O município atende alunos nos três níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio tanto da rede urbana, quanto rural.

Considerando o atendimento do Transporte Escolar em todas as comunidades rurais, pelo menos 98% dos alunos têm acesso à escola. Um total de 38 alunos têm atendimento dentro da sede do município no Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Devido a atuação do Conselho Tutelar e da maior presença dos pais na escola considera-se que também 98% dos alunos residentes na zona urbana freqüentam a escola.

Alunos que utilizam transporte escolar oferecido pelo poder público:

	Educação Infantil	Ensino Fund.	Ensino Fund. Rural	EJA Fund.	Ensino Médio	Educ. Infantil	Ensino Fund.	Ensino Fund. Rural
Em atividade	10	78	78	05	103	83	365	308
Estadual	10	78	78	05	103	-	-	-
EEEF Prof.° Carmen S. Pacheco	10	69	69	-	-	-	-	-
EEEM José Gelain	0	09	09	-	103	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	83	365	308
EMEF Luciano Antonio Donde	-	-	-	-	-	-	115	63
EMEF Antonio Manfon	-	-	-	-	-	-	74	72
EMEF Florentina Lottici	-	-	-	-	-	-	45	43
EMEF Cristiano Magnanti	-	-	-	-	-	-	21	21
EMEF Adelino Bianchin	-	-	-	-	-	13	42	41
EMEI Santa Rita	-	-	-	-	-	70	-	-

1.14- Tempo de permanência – horas por dia – das crianças nas escolas do Ensino Fundamental

Devido a falta de políticas públicas e investimentos que garantam a permanência integral dos alunos nas escolas municipais, estes permanecem apenas 04 horas diárias nestes estabelecimentos de ensino.

1.15- Número de Escolas Municipais e Estaduais do Ensino Fundamental com Conselhos Escolares ou outra forma de participação na comunidade.

Todas as escolas municipais, possuem Conselho Escolar, CPM e Projeto Mãe Amiga da Merenda Escolar. Na E.M.E.F. Luciano Antônio Donde, há colaboração das mães conselheiras.

Já nas escolas estaduais existe CPM, Conselho Escolar, Projeto Mãe Amiga da Merenda Escolar, Grêmio Estudantil, e Mãe Conselheira (somente na E.E.E.F.Carmem Scotti Pacheco).

1.16- Número de Escolas Municipais de Ensino Fundamental com Propostas Pedagógicas já elaboradas:

As escolas da rede pública municipal construíram seu Projeto Político Pedagógico em conjunto com toda a comunidade escolar.

1.17- Relação Professor / aluno na Rede Municipal – nas etapas e modalidades de Ensino – ano 2005.

Total Alunos	Total Professores	Alunos Professor	Total Docentes	Alunos/ Docentes	% de não Docentes
501	51	9,8	41	12,2	0,8

1.18- **Matrícula inicial por ano / série na Educação Básica por dependência administrativa.**

Níveis e Modalidades		Rede			TOTAIS
		Estadual	Municipal	Privada	
Educação Infantil	Creche	-	10	-	10
	Pré Escola	68	46	-	114
	Total E.I	68	56	-	124
Ensino Fundamental	1ª	51	61	-	112
	2ª	52	69	-	121
	3ª	65	53	-	118
	4ª	59	69	-	128
	Sub-total	227	252	-	479
	5ª	75	66	-	141
	6ª	90	46	-	136
	7ª	71	46	-	117
	8ª	67	37	-	104
	Sub-total	303	195	-	458
	EJA -Iniciais	05	-	-	05
	EJA-finais	25	-	-	25
Ensino Médio		289	-	-	289
TOTAL		917	503	-	1.420

1.19- **Escolas de Educação Básica por dependência administrativa:**

Rede	Nº Escolas	Ed.Infantil	Ensino Fundamental / Ed. Infantil						Ensino Médio EF
		Creche/ Pré	1ª a 4ª	1ª a 5ª	4ª a 8ª	3ª a 8ª	1ª a 8ª	5ª a 8ª	
Est.	02	-	-	-	-	-	01	-	01
Mun.	07	01	02	01	01	01	-	01	
Total	09	01	02	01	01	01	01	01	01

1.20- **Escolas Municipais por tipologia e localização**

Ano	Urbanas			Rurais			
	Ed. Infantil	Ensino Fund.		Ensino Fund. com Ed. Infantil			
		1ª a 5ª	5ª a 8ª	1ª a 4ª	5ª a 8ª	4ª a 8ª	3ª a 8ª
2000	01	01	-	02	01	01	01
2001	01	01	-	02	01	01	01
2002	01	01	-	02	01	01	01
2003	01	01	-	02	01	01	01
2004	01	01	-	02	01	01	01
2005	01	01	-	02	01	01	01

1.21- **Ensino Fundamental: Atendimento à população de 7 a 14 anos:**

População	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estimativa pop. 7 a 14 anos	944	935	926	921	917	913
Alunos de 1ª a 8ª séries	1.173	1.110	1.085	1.052	1.033	1.007

1.22- **Ensino Fundamental – distribuição das matrículas**

Dados da matrícula	Rede Municipal	
	Urbano	Rural
Nº de alunos de 1ª a 8ª séries	223	278
Nº de turmas de 1ª a 8ª	10	23
Nº de escolas de Ensino Fundamental	01	05
Nº médio de alunos por escola	223	55,6
Nº médio de alunos por turma – 1ª a 8ª	22,3	12

1.23 –**Custo Aluno – ano na Rede Municipal de Ensino**

ANO	Total de Recursos aplicados R$	Matrícula final EF	Custo em R$ Aluno/Ano EF	Matrícula final EI	Custo em R$ Aluno/Ano EI
2000	703.370,47	387	1.544,64	136	776,45
2001	942.286,71	389	2.223,98	65	1.187,04
2002	1.036.984,62	404	2.402,89	87	761,11
2003	1.162.401,88	460	2.354,42	81	979,83
2004	1.129.106,19	505	2.051,07	73	1.278,33

2.0 Situação de Programa Bolsa Família

Todas as escolas estão inseridas no programa Bolsa Escola e conforme relatório de freqüência que se encontra na Secretaria Municipal de Educação o mesmo possui informações que relatam o controle de renda mínima do programa.

3.0 DIRETRIZES

Acredita-se numa sociedade sem exclusão social, sem discriminação de gênero, de crença, de etnia, que construa e consolide novos valores políticos e culturais no resgate da ética, da solidariedade, do companheirismo e do compromisso com a transformação social.

A educação é entendida como um ato político carregado de intencionalidade, que ocorre na interação dos seres, indicando caminhos e ampliando relações de inserção social. É a base da transformação de uma sociedade pautada no desenvolvimento integral do saber, saber ser, saber fazer e saber conviver. Enquanto instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, deve possuir a responsabilidade de construir coletivamente um projeto de inclusão, garantindo a qualidade social para todos, a liberdade de pensamento e expressão.

O educando é sujeito aprendente e construtor do conhecimento, em constante processo de transformação, para que enquanto autor de sua própria escola, provoque mudanças sociais no meio em que vive.

O papel fundamental da escola é o de proporcionar a construção do conhecimento. Para isso, deve proporcionar situações variadas de aprendizagem, diversificando as formas de ensinar, incluindo também os serviços de profissionais de outras áreas. Os recursos humanos devem ser adequados de acordo com a proposta político-pedagógica de cada escola.

A alfabetização deve ser priorizada em todas as fases de desenvolvimento.

O atraso no percurso escolar, resultante da repetência e evasão, sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade/ escolaridade, considerando o estágio de desenvolvimento do aluno em sua totalidade.

Para isso, é necessário que as concepções pedagógicas estejam embasadas em propostas progressistas valorizando um paradigma curricular que possibilite as relações entre as diferentes áreas do conhecimento e os temas vinculados à realidade do aluno, a partir do senso comum para construção do conhecimento científico. Além disso, é necessário profissionais de apoio para os atendimentos que estão fora do alcance dos profissionais da educação.

É de suma importância que se garanta o acesso e permanência de todos na escola: crianças, jovens e adultos. E é imprescindível a continuidade do processo de democratização do Ensino Fundamental, garantindo uma educação de qualidade sem discriminação de qualquer natureza.

3.1- OBJETIVOS E METAS

1. Garantir o acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes no Ensino Fundamental.
2. Elaborar, no prazo de dois anos a partir da aprovação deste plano, padrões mínimos de infra-estrutura para o ensino fundamental compatíveis com a dimensão dos estabelecimentos e com a realidade incluindo recursos humanos, materiais e financeiros:

a) Espaço, iluminação, ventilação, água potável, rede elétrica.
b) Instalações sanitárias e higiene.
c) Espaço para esporte, recreação, estudos, biblioteca e serviço de alimentação escolar.
d) Adaptação de prédios escolares para atendimento a alunos com necessidades especiais.
e) Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas.
f) Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.
g) Telefone e serviço reprográfico.
h) Acesso a novas tecnologias.

3. Prever no plano físico, áreas para construção de escolas em novos loteamentos.
4. A partir do segundo ano de vigência deste plano, somente autorizar a construção e funcionamento de escolas novas que atendam os requisitos de infra-estrutura definidos.
5. Assegurar, no prazo de 5 anos, a todas as escolas através das respectivas mantenedoras que sejam atendidos os itens de "a" a "d" e em 10 anos, a totalidade dos itens.

6. Estabelecer, com o apoio da União, do Estado, do Município e da comunidade escolar, programas para equipar todas as escolas, gradualmente com os equipamentos discriminados nos itens de "e" a "h".
7. Assegurar a elaboração e execução coletiva dos P.P.P, conforme instâncias de legislação e concepções, diretrizes e metas do plano municipal de educação.
8. Elevar os níveis de aprendizagem, através da efetivação das diferentes estratégias previstas na legislação associadas à aprendizagem dos educandos e ao estabelecimento de metodologias de ensino, com destinação de recursos materiais e humanos pelas respectivas mantenedoras.
9. Garantir às comunidades escolares a opção pela implantação de formas de organização curricular diferenciadas: ciclos de formação, totalidade do conhecimento e outras que garantam a efetiva aprendizagem e a qualidade.
10. Incluir alunos com necessidades especiais em turmas regulares.
11. Garantir e manter políticas públicas de apoio às ações educativas.
12. Priorizar a alfabetização como um processo ao longo do Ensino Fundamental, entendê-la como compromisso de todas as áreas do conhecimento.
13. Contemplar nos currículos escolares ações que explicitem a função social da escola, da família e da comunidade escolar.
14. Integrar e garantir recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas do Estado, Município e União, para garantir entre outras metas, a Renda Mínima associada à Ações Sócio-educativas para as famílias com carência econômica comprovada.
15. Desenvolver paradigmas curriculares que contemplem as relações entre as diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de atender às especificidades dos alunos, trabalhar as diferenças étnico-culturais, os temas transversais e os temas relevantes previstos no P.M.E., através da formação continuada e permanente dos profissionais em educação.

16. Garantir assessoria técnico-pedagógica pelas respectivas mantenedoras, nas três redes de ensino, com profissionais habilitados e competentes para a função.
17. Garantir, com a colaboração da União e do Estado, o provimento da Alimentação Escolar, com a qualidade que garanta os níveis calórico-protéicos, por faixa etária e a estrutura necessária para bem serví-la, respeitando a realidade e necessidade da escola.
18. Ampliar, progressivamente, a jornada escolar visando ao atendimento integral dos alunos em situação de vulnerabilidade social, possibilitando oferta de ações complementares em turno contrário às atividades escolares, possibilitando escola em turno integral, desde que haja infra-estrutura e recursos humanos.
19. Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos profissionais em educação, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio.
20. Assegurar o caráter processual, contínuo, global, emancipatório, participativo, diagnóstico e investigativo na avaliação do desempenho escolar, enquanto sistema de ensino, relacionado aos objetivos da Educação Básica e do Ensino Fundamental previstos nos planos de cada escola.
21. Monitorar a qualidade do ensino, nas diferentes formas de organização curricular, previstas no P.P.P., a partir dos pressupostos do Plano Municipal de Educação.
22. Mapear, em 2 anos, as crianças fora da escola, visando localizar a demanda e universalizar o acesso ao ensino obrigatório.
23. Estabelecer vínculos permanentes entre os currículos das escolas de Educação Básica e instituições de Ensino Superior, contemplando a realidade das comunidades, visando à formação dos profissionais em educação, a fim de garantir a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

24. Possibilitar o acesso às novas tecnologias, estabelecendo parcerias com as esferas pública e/ ou privada, visando qualificar e incluir socialmente a comunidade escolar.
25. Possibilitar aos alunos do último ano do Ensino Fundamental conhecer os cursos profissionalizantes e/ ou de Ensino Médio oferecidos pelas escolas públicas, particulares e conveniadas no município.
26. Garantir o acesso dos educandos residentes no meio rural, ao Ensino Fundamental, através do transporte escolar.
27. Considerar as metas estabelecidas nas Câmaras referentes à Educação Especial, Educação Rural, Educação de Jovens e Adultos, Financiamento, Gestão Democrática e Valorização dos Trabalhadores em Educação.
28. Promover parcerias com clubes de serviços e entidades filantrópicas na elaboração e execução de projetos sócio-educativos, datas comemorativas, palestras, cursos,oficinas,etc.

4.0 EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1- DIAGNÓSTICO

Atualmente, o município possui um número aproximado de 428 crianças de 0 a 6 anos atendendo apenas 38% delas. O baixo atendimento justifica-se pelo fato do município não oferecer instalações necessárias e não dispor de espaço físico para o mesmo.

Comparando-se a estimativa de 0 a 6 anos em 2000 e 2005, percebe-se uma redução considerável neste último período. A diminuição nas taxas de natalidade comprovam tal redução.

O município possui apenas um espaço para atendimento da clientela de 0 a 4 anos (Creche Municipal) com 36 crianças em horário integral e possui aproximadamente 227 crianças nesta faixa etária (rural e urbana).

A clientela atendida de 4 a 6 anos na Rede Municipal de Ensino também diminuiu com relação a 2000.

Essa redução deve-se ao fato de que algumas escolas do interior do município possuíam classes de Pré - Escolas e as mesmas tiveram suas atividades cessadas por não possuírem número de alunos suficiente. Hoje atende 134 crianças na Pré – Escola (Municipal e Estadual).

A E.M.E.I. Santa Rita possui espaço insuficiente para atender a clientela, porém as salas são bem iluminadas e arejadas. A rede elétrica e o esgotamento sanitário necessitam de melhorias, bem como o prédio, que por ser velho, precisa de reformas. A rede de água potável atende as necessidades.

As duas turmas de Pré-Escola da sede com 48 alunos utilizam no turno da tarde, duas salas de aula da E.M.E.F. Luciano Antônio Dondé, a qual não possui instalações sanitárias, nem espaço físico para a realização de atividades recreativas adequadas à faixa etária.

O município conta ainda com três escolas de Ensino Fundamental que atendem 34 alunos de Pré-Escola e uma escola estadual, também de Ensino Fundamental (sede) com 68 alunos entre 4 e 6 anos. Estas, possuem espaço e instalações adequadas a faixa etária e as necessidades do processo educativo. Dispõem também de Conselhos Escolares e CPMs, além de possuírem Propostas Pedagógicas de acordo com a realidade.

A Creche Municipal recebe do governo Estadual verba específica para alimentação, sendo que a mesma supre todas as necessidades (R$ 17,00 por criança).

Existem também no município dois programas de apoio às famílias:

- A ASSEPAM (Apoio Sócio Educativo às Famílias) com atendimento de Psicóloga, Assistente Social, Nutricionista e Extensionista da ASCAR – EMATER que, através de palestras e apoio direto orientam estas famílias sobre nutrição e higiene.
- PROGRAMA DO LEITE – Alem de fornecer o alimento os pais são orientados sobre cuidados com a criança acompanhando o desenvolvimento da mesma através do controle do peso.

Para a implantação da Pré-Escola a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação fazem o acompanhamento orientando, controlando e supervisionando os trabalhos.

4.2 – Atendimento à população de 0 a 6 anos:

População	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estimativa da População de 0 a 6 anos	794	601	583	528	479	439
Crianças de 0 a 3 anos	40	35	39	43	37	47
Crianças de 4 a 6 anos	236	133	160	112	120	121
Crianças de crianças atendidas	34	27,9	34	29	32	38

4.3- DIRETRIZES

- A educação e o cuidado das crianças de 0 a 6 anos são de responsabilidade do setor educacional;

- A Educação Infantil tem função diferenciada e complementar à ação da família o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas;

- É dever do Estado, direito e opção da família o atendimento gratuito em instituições de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos;

- A educação das crianças especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante a avaliação e interação com a família e a comunidade.

- O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

- As instituições de Educação Infantil devem elaborar, implementar e avaliar suas propostas pedagógicas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e com a participação dos professores.

- A Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação.

- As professoras e professores e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil exercem um papel Sócio-educativo, devendo ser qualificados especialmente para o empenho de suas funções com crianças de 0 a 6 anos.

- A formação inicial e continuada dos professores de Educação Infantil são direitos e devem ser asseguradas a todos pelos sistemas de ensino com inclusão nos planos de cargos e salários do magistério.

- Os sistemas de ensino devem assegurar a valorização de funcionários não-docentes que atuam nas instituições de Educação Infantil, promovendo sua participação em programas de formação inicial e continuada.

- O processo de seleção e admissão de professoras e professores que atuam nas redes pública e privada deve assegurar a formação específica na rede e mínima exigida por lei. Para os que atuam na rede pública, a admissão deve ser por meio de concurso.

- A política de Educação Infantil em âmbito Nacional, Estadual e Municipal deve se articular com as de Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como com as modalidades de Educação Especial e de Jovens e Adultos, para garantir a integração entre os níveis de ensino, a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, bem como o atendimento às crianças com necessidades especiais.

4.4- OBJETIVOS E METAS

- Promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psíquico, moral e social, incentivando a criatividade, a autonomia, as relações de respeito e de solidariedade a partir dos valores humanos, completando assim, a ação da família.

- Promover atividades que levem a criança a desenvolver sua identidade, assim como a auto-estima positiva e sentimento de confiança em si mesma e nas próprias capacidades.

- Contribuir para o desenvolvimento das relações interpessoais de ser e estar com os outros em uma atividade básica de aceitação, de respeito e de confiança, no exercício da cidadania.

- Assegurar que no prazo de um ano, o município tenha definido sua política para a Educação Infantil, com base nas Diretrizes Nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais nacionais.

- Incluir as creches ou entidades equivalentes no sistema nacional de estatísticas educacionais, no prazo de 3 anos.

- Assegurar infra-estrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção física até os espaços de recreação e ludismo e a adequação de equipamentos nas escolas existem, assim como naquelas a serem criadas.

- Acompanhamento permanente do Conselho Municipal de Educação exigindo padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas), que assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- Espaço interno, com iluminação, luz solar, ventilação, visão para espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;

- Instalações sanitárias e para higiene pessoal das crianças;

- Instalações para preparo e / ou serviço de alimentação;

- Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil incluindo repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;

- Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

- Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais.

- Incluir os alunos da Educação Infantil no programa de transporte escolar, respeitando critérios na legislação vigente.

- Garantir o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil.

- Integrar efetivamente as instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino por meio de autorização e credenciamento desta pelo Conselho Municipal de Educação.

- Admitir somente novos profissionais na Educação Infantil que possuam titulação mínima em nível médio- modalidade Normal com curso específico em Educação Infantil, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior.

- Garantir a alimentação escolar para crianças atendidas na Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos, através da colaboração financeira da União e do Estado.

- Atender até 2010, 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das crianças de 4 a 6 anos.

- Extinguir progressivamente os cargos de monitor, atendente, auxiliar, entre outros, mesmo que ocupados por profissionais concursados em outras secretarias ou na secretaria de Educação e que exercem funções docentes.

- Assegurar profissional com especialização para trabalhar com portadores de necessidades especiais de educação.

- Promover cursos de qualificação para os profissionais da Educação Infantil.

5.0- ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

* a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos;

* a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (art. 35 da LDB). No município de São José do Ouro o Ensino Médio é atendido pela rede estadual de ensino. Nos últimos anos houve uma diminuição na oferta deste Ensino devido ao cessamento das atividades da Escola Cenecista Alfeu Letti. Alguns alunos de Ensino Médio com distorção de idade/série deslocam-se para o município vizinho de Cacique Doble a fim de cursarem a EJA de Ensino Médio nosso município consegue atender a demanda existente de alunos.

5.1- Alunos matriculados no Ensino Médio – Rede Estadual

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ensino Médio	331	371	314	329	315	294

Observando a tabela acima, percebe-se que em 2001 houve um aumento do número de alunos atendidos na Escola Estadual, devido ao fechamento da escola privada Cenecista Alfeu Letti. Porém baixou em 2002 devido a abertura do Ensino Médio no município vizinho de Tupanci do Sul, cujos alunos vinham cursar esta modalidade de ensino em nosso município. No ano de 2005 o descréscimo deve-se ao fato de muitas famílias do interior se transferirem para outras regiões em busca de trabalho.

O Ensino Médio de qualidade é dever do Estado (art. 4 da LDB) e deve pautar-se por uma educação que propicie uma aprendizagem que vise a emancipação dos sujeitos, não só para o mundo do trabalho, mas, principalmente, para a conscientização e o exercício pleno da cidadania. dessa forma estará promovendo uma educação construtora de sujeitos autônomos, éticos, transformadores, solidários e críticos a que respeitem as diversidades e individualidades, colaborando para uma sociedade mais humanizadora.

6.0- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo o PNE a erradicação do analfabetismo é um dos temas aliás, o primeiro que a Constituição Federal indica como um dos desafios que devem ser enfrentados pelo PNE e conseqüentemente pelos PME.

6.1- DIAGNÓSTICO

A existência de pessoas que não decodificam o signo gráfico e nem escrevem seu idioma materno é universal.Toda vez que é feita uma estatística populacional ou de oportunidade de trabalho, vem à tona o analfabetismo ou o analfabeto funcional.

A fragilidade no conhecimento real dos índices de analfabetismo dificulta a adoção de ações articuladas para a oferta de EJA entre os seus promotores.

Ressalta-se que é preciso investir mais no registro e na pesquisa da oferta e da demanda em EJA, de forma a contribuir para um conhecimento mais detalhado e preciso desta realidade.

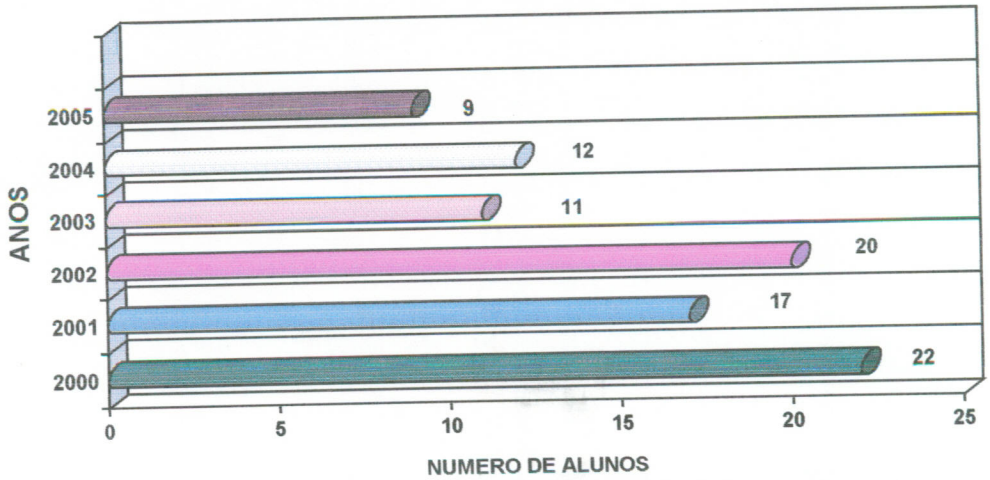
No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos tem sido ofertada tanto pela rede pública de ensino, nas instâncias estadual e municipal, como pela rede privada, e ainda por iniciativa da própria sociedade civil organizada, onde se incluem as ONG'S, os movimentos sociais ,sindicais e eclesiais e vem sendo ofertada também sob forma de Ensino Fundamental e Médio, em período noturno.

Segundo o censo do IBGE estima-se uma população de 5.313 habitantes com 15 anos ou mais no município, sendo que destes 247 são eleitores analfabetos que poderiam participar da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Com relação à Educação de Jovens e Adultos ofertada em São José do Ouro, ainda não há oferta em âmbito municipal, apenas no âmbito estadual no turno noturno, compreendendo as turmas de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Já está sendo programada a possibilidade da implantação de turmas do Ensino Médio, também em âmbito Estadual.

Como não é oferecido aulas da EJA de Ensino Médio no município os alunos interessados dirigem-se ao município de Cacique Doble onde o transporte é oferecido pelo município gratuitamente.

6.2- Número de alunos da EJA de São José do Ouro que concluíram o Ensino Médio em Cacique Doble:



Com o advento da Constituição Federal de 1988, determinou-se que um dos objetivos do Plano Nacional de Educação fosse a intervenção do poder público em todas as esferas para a superação do analfabetismo.

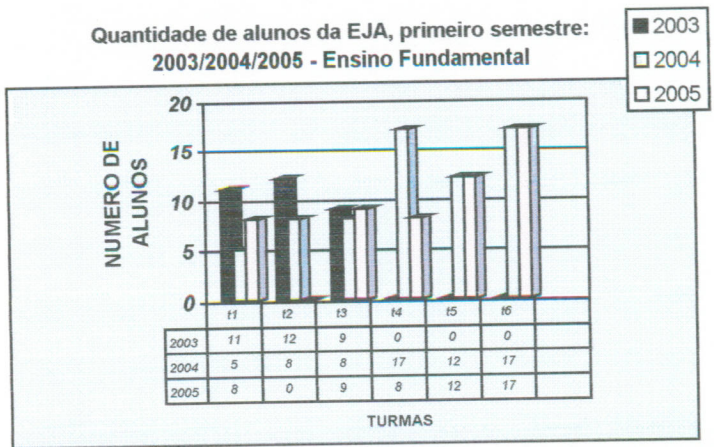
A lei de Diretrizes de Bases / 96, no art. 37, normatizou o caráter da EJA, procurando garantir o acesso e permanência para os trabalhadores nas escolas públicas, assim como prevê, na seqüência, o art. 38 , os exames supletivos no Ensino Fundamental, para maiores de 15 anos, e no Ensino Médio, para maiores de 18 anos.

A referida Lei , além de assegurar a oferta escolar nessa modalidade para os jovens e adultos fora da idade própria, estabelece uma abordagem pedagógica diferenciada, incluindo conteúdos e metodologias, processo de avaliação , entre outros, centrados num processo de psicopedagógico que respeite o perfil do aluno, sua bagagem humana e cultural, para que este construa sua trajetória de auto-aprendizagem.

Diferentes são as justificativas para a exclusão de alunos na escola regular, tais como: ajuda no sustento da família, difícil acesso à escola, dificuldades de aprendizagem, insistentes repetências, ou ainda, falta de significado que a escola representou para alguns na infância.

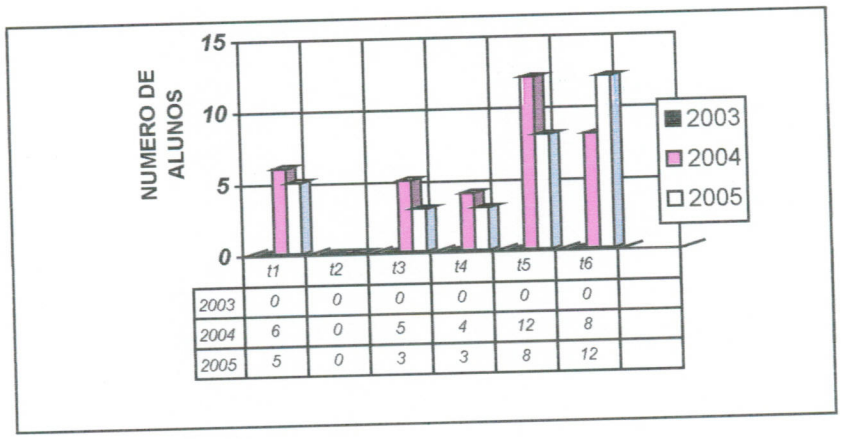
Vários são os obstáculos enfrentados pelos alunos que freqüentam a EJA, os quais contribuem para o seu afastamento ou evasão: a falta de segurança pública, a dificuldade de acesso à escola , a incompatibilidade de horários para conjugar trabalho e escola, discriminação de diversas ordens (gênero, faixa etária...)

6.3-



6.4-

Quantidade de alunos da EJA,segundo semestre: 2003/2004/2005 - Ensino Fundamental



	t1	t2	t3	t4	t5	t6
2003	0	0	0	0	0	0
2004	6	0	5	4	12	8
2005	5	0	3	3	8	12

Com relação à Educação de Jovens a Adultos ofertados em São José do Ouro, segundo os dados obtidos em 2003 foram matriculados no Ensino Fundamental neste ano, 32 alunos; em 2004 no 1° semestre, este número subiu para 67, no 2° semestre 35 alunos. No ano de 2005, 1° semestre 32 alunos e no segundo semestre 37 alunos. A faixa etária desses alunos é de 15 a 70 anos.

A EJA está dividida em seis Totalidades.

O currículo das Totalidades Iniciais: 1 e 2 é desenvolvido abrangendo as áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências, Matemática, Educação Física e Arte-Educação, de forma globalizada (01 professor).

O currículo das Totalidades Finais: 3ª,4ª,5ª,6ª, abrange todas as disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia, Educação Física, Arte-Educação, Ciências Físicas, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol).

Os conteúdos específicos de cada área são definidos tendo em vista o trabalho de construção dos temas geradores de cada totalidade.

A avaliação dos alunos da EJA de São José do Ouro, tanto como totalidade inicial e totalidade final é feito através de Avanço e Permanência. O AVANÇO é compreendido a partir da concepção de que o conhecimento é construído em processo podendo, então, na análise da produção escolar, alguns educandos avançarem e outros não. Esses educandos que não

obteram avanços, considera-se a categoria da PERMANÊNCIA. Cabe ressaltar que não existem avanços parciais, o educando avançará em todas as disciplinas.

AFASTAMENTO E CANCELAMENTO: o aluno da EJA comunicará o AFASTAMENTO na secretaria da escola, para fazer o registro de freqüência; considera-se afastamento quando for superior a 60 dias. Os Conselhos de Avanço acontecerão às quartas-feiras, quando o grupo de professores está reunido, onde o educador deve engajar-se da proposta e estar comprometido com a equipe.

O EDUCADOR é o mediador na articulação entre os saberes vividos e o saber escolar, reconhecendo a construção do conhecimento através da garantia dos avanços progressivos em relação ao tempo/ espaço que se encontra; ele deve estabelecer um canal de comunicação entre o saber científico e o saber popular.

6.5- DIRETRIZES

Não se pode atribuir á educação a responsabilidade de resolver sozinha todos os problemas do país, mas sem dúvida, a educação é a base para um esforço em busca da eqüidade. Um adulto analfabeto tem chances mínimas de entrar no mercado de trabalho e o avanço da tecnologia pode contribuir para agravar mais ainda esta questão, intensificando o processo de exclusão e de marginalização social.

A educação fundamental dos alunos jovens e adultos tem como função primordial garantir uma formação escolar que possibilite a essas pessoas a inserção participativa nos espaços de trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos precisa, cada vez mais, considerar em sua atuação nas escolas, as atividades de esporte, cultura e lazer, como possibilidade de convivência humana e de resgate da auto-estima dos alunos.

Não é preciso mais conceber uma prática pedagógica para os adultos, que desconsidere a vida e a realidade do aluno. A Educação de Jovens e Adultos tem que ser reconhecida dentro de um contexto mais amplo de

desenvolvimento com eqüidade, o que significa relacioná-la, de modo direto, com o mundo do trabalho e com o exercício da cidadania.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA , o trabalho com esse público, numeroso e heterogêneo, com interesse e competências adquiridas na prática social requer que se diversifiquem os programas e as formas de atendimento, bem como se fortaleça a autonomia do professor como resgate do seu papel técnico e profissional. Nesse sentido, é fundamental o envolvimento e a participação de toda a comunidade escolar e social, na construção de uma consciência coletiva. É imprescindível ainda, o acesso a materiais didáticos, a adoção de metodologias apropriadas e a qualificação do corpo docente em EJA.

No tocante à formação dos professores, é importante garantir que a mesma ocorra considerando a etapa inicial e continuada, instituindo objetivos que levem em conta as dificuldades sentidas pelos professores no seu dia-a-dia, possibilitando-lhes novas formas de conceber o seu fazer pedagógico.

É preciso que os educadores se conscientizem do seu compromisso com o desenvolvimento pessoal e educacional dos alunos, exigindo situações de aprendizagem propícias às especificidades do seu perfil etário e articuladas aos aspectos éticos do convívio sócio-cultural.

É preciso desenvolver uma educação que promova a participação e a integração da escola com a comunidade, com vistas a garantir um processo de ensino comprometido com os interesses reais de todos as instâncias que tomam parte na educação.

É preciso fazer uso, nas experiências de EJA, dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social; brasileira e municipal, relacionando-a com o contexto em que está inserida a prática educativa.

É preciso ainda garantir a permanência e o sucesso do aluno, através do acompanhamento e da avaliação sistemática no decorrer do processo.

É mister que a EJA esteja inserida em um projeto nacional de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades sociais, a construção da equidade na distribuição de renda e erradicação da pobreza, dos quais o analfabetismo é uma conseqüência.

6.6- OBJETIVOS E METAS

- Realizar, a partir da vigência do PME, censo municipal mais detalhado visando localizar a população analfabeta existente no município.
- Assegurar, programas de Educação de Jovens e Adultos, visando a alfabetizar gradativamente todos os que não tiverem acesso ao ensino regular, para que até o final do decênio de implantação deste seja universalizado o atendimento à esta modalidade de ensino no município.
- Apoiar, em parceria com o Estado, a partir da vigência do PME, a implantação da oferta de cursos equivalentes às séries do Ensino Fundamental para toda a população de quinze anos ou mais.
- Assegurar um programa municipal de fortalecimento de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para cursos em nível de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, de forma, a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior.
- Apoiar políticas educacionais do Estado e da União, que venham associar ao Ensino Fundamental para jovens e adultos, sempre que possível, a oferta de cursos básicos de formação profissional.
- Estimular os universitários do município, através de projetos e parceria com a Secretaria Municipal de Educação , a oferecerem cursos de alfabetização, qualidade de vida e outros, dirigidos à 3ª idade.
- Realizar, a partir da vigência do PME, avaliação e divulgação dos resultados do programa de EJA, em todas as unidades escolares, a cada dois anos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do PME.
- Nas empresas públicas e privadas, incentivar o oferecimento de programas de Educação de Jovens e Adultos para os seus trabalhadores.

- Prever, em regime de colaboração com o Estado e a União, o provimento da alimentação para os alunos desta modalidade de ensino, bem como o transporte passando pelas comunidades do interior.
- Proporcionar aos educandos a reflexão sobre a cidadania, favorecendo a formação de um cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, capaz de se tornar um agente transformador da realidade.
- Possibilitar aos educandos a vivência de uma ação participativa e democrática na prática efetiva da escola e da sala de aula, em busca de autonomia.
- Oportunizar aos educandos da classe popular o resgate do direito relativo a apropriação dos espaços culturais da cidade de São José do Ouro, tanto como forma de conhecimento quanto enriquecimento pessoal.
- Garantir aos Jovens e Adultos a construção psicogenética da língua escrita bem como a complementação do processo de alfabetização propiciando uma formação intelectual integral nas diferentes áreas, visando a construção do conhecimento, indispensável à Educação.
- Criar condições para que os educandos possam construir conhecimentos através de formulação de hipóteses e do confronto destas com outras, resolver problemas, num processo ativo de interação sujeito-objeto.
- Observar as metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação para esta modalidade de ensino e em regime de colaboração com o Estado, apoiar as suas iniciativas, prevendo mecanismos para a execução das mesmas.

7.0- EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 - DIAGNÓSTICO

A Constituição Federal de 1988 (Art. 208, §□) prevê o atendimento especializado aos alunos com deficiências e refere-se à preferência no Ensino Regular,numa política de inclusão social, assegurando o exercício dos

A Educação Especial tem como princípio fundamental o respeito às diferenças e tem na concepção a busca concreta de uma inclusão responsável, que concebe o educando com necessidades educacionais especiais em sua totalidade humana, considerando seus aspectos orgânicos (deficiências físicas, sensoriais, mentais ou múltiplas, ou de condutas típicas ou altas habilidades) e nas suas condições psicológicas, sociais, econômicas e familiares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) contempla a educação como um direito subjetivo e orienta que os deficientes e superdotados sejam atendidos em escolas regulares, ressalvadas as exceções, em que as necessidades do educando exijam outras formas de atendimento.

O grande desafio na Educação Especial é efetivar a inclusão no cotidiano escolar, prevista nos Projetos Político- Pedagógicos, garantindo a todos os educandos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, idade e necessidades educacionais especiais, para que os mesmos aprendam na diversidade. Percebe-se que a dificuldade de entendimento do conceito de educandos com necessidades educacionais especiais está presente na escola regular, na qual um número significativo de profissionais não se considera preparado para identificar e atender às especificidades desse educando, muitas vezes, confundido com falta de interesse pela vida escolar, o que causa evasão e repetência. Disso decorre a necessidade de permanentemente construir e reconstruir a concepção e a prática da Educação Especial, a partir das singularidades e necessidades especiais das pessoas, no âmbito educacional, efetivando propostas pedagógicas que contemplem um currículo adaptado, adequado e significativo, na busca da superação das dificuldades dos educandos. A conquista da autonomia do educando com necessidades educacionais especiais, envolve o desenvolvimento dos quatro pilares que fundamentam a educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

A escola é um espaço democrático, significativo e singular para trabalhar com a diversidade humana, respeitando as limitações, percebendo as potencialidades para a aprendizagem e considerando as especificidades de cada educando, a favor da inclusão de todos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 10% da população apresenta necessidades especiais de diversas ordens: visual, auditiva, física, mental, múltipla, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades.

No município de São José do Ouro, aproximadamente 5% da população são portadores de necessidades especiais. Atualmente possui uma sala de recursos junto `a Escola Estadual de Ensino Médio José Gelain, que atende 15 alunos com dificuldades de aprendizagem.

A Prefeitura Municipal, através da Assistência Social atende um grupo de 15 PPDs e desenvolve atividades como:

- Realização de encontros semanais, em espaço adequado.
- Atividades com o envolvimento das PPDs e suas famílias, conforme o interesse do grupo, estimulando sua autonomia e auto-gestão.
- Desenvolvimento de atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania, voltados ao convívio social, ao resgate da auto-estima, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares.

Nas escolas da rede pública de São José do Ouro, é baixo o número de alunos com deficiências físicas e mentais, porém existe um número expressivo de crianças que apresentam dificuldades devido à desestrutura familiar nos aspectos: social, econômico, afetivo, alimentar... somados a diversos fatores como alcoolismo, drogas, analfabetismo, prostituição.

Existe a preocupação dos diversos segmentos da sociedade engajados na educação, na tentativa de encontrar soluções para os problemas das pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como na reorganização da ASSOUDEF (Associação Ourense dos Deficientes).

7.2- DIRETRIZES

- A Educação Especial, segundo a LDB, constitui hoje modalidade de educação escolar a ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, a educandos portadores de necessidades especiais, originadas quer por deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer em razão de altas habilidades, superdotação ou talentos.
- A educação especial, como modalidade de educação escola, deve ser promovida nos diferentes níveis de ensino com garantia de vaga no ensino regular para os diversos graus de dificuldades e tipos de necessidades, sempre que a inclusão for a forma mais indicada para o atendimento.
- O atendimento educacional precoce e preventivo ao portador de necessidade especiais contribuirá para o desenvolvimento da criança e do adolescente , vindo propiciar melhores condições de vida e de inserção social nesses educandos, inclusive no mercado de trabalho.
- Considerando as questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, jovens e adultos em necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência, é fundamental e potencializa a ação de cada um deles.
- Expansão da oferta de cursos de formação e especialização de professores para a educação especial, pelas universidades e escolas normais.
- A qualificação de recursos humanos para atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, e nas instituições especializadas, entre outras, deve ser prioridade para o Plano Municipal de Educação.
- Ampliação das atribuições das escolas especiais incluindo o apoio e orientação a instituições regulares que atendem educandos com necessidades especiais através de programas de integração.

- Para melhor atender a clientela com necessidades especiais há que prover as escolas de condições físicas adequadas e materiais didático-pedagógicos para as respectivas necessidades.
- A inclusão responsável do educando com necessidades educacionais especiais vai além da mera oportunização de acesso ao cinema educacional. Leva em consideração as diferenças, necessidades e possibilidades de cada sujeito, buscando garantir-lhe o direito à construção do conhecimento em classes comuns ao ensino regular, com ou sem apoio em salas de recursos, em classes especiais e em escolas especiais.
- A inclusão dos alunos com necessidades especiais, na rede de ensino regular, não implica, de forma alguma, o término ou a desativação das escolas especiais. Tais escolas sempre serão necessárias, devido à variedade de casos ocorrentes na educação especial.
- A inclusão escolar deve estar prevista e dimensionada na proposta pedagógica das escolas, modo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade.
- Os professores especializados deverão estar qualificados para identificar alunos em suas singularidades, diferenciando as pessoas com necessidades educacionais especiais daqueles que possuem dificuldades comuns e aprendizado, como problemas de dispersão e atenção, ou problemas disciplinares, de forma que a prática perversa de colocar nas classes especiais todos os inadaptados à escola acabe.
- Não só professores precisam ser preparados, mas é indispensável, também, que lhes seja disponibilizada a elaboração de uma equipe multidisciplinar e o material adequado para auxiliá-lo no diagnóstico e no acompanhamento de tais alunos.

7.3 OBJETIVOS E METAS

- Organizar programas de atendimento em creches e escolas de educação infantil, visando ampliar o desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades especiais.
- Qualificar professores para melhorar o atendimento à alunos com deficiências de aprendizagem, bem como portadores de necessidades especiais, visando a inclusão nas classes regulares de ensino.
- Prever nos projetos pedagógicos das escolas regulares, o atendimento a alunos com necessidades especiais, bem como providenciar a infra-estrutura necessária (construção de rampas de acesso, banheiros...) e aquisição de material didático-pedagógico para melhor desenvolvimento deste educando.
- Criar um centro de atendimento de habilitação e reabilitação complementar para pessoas portadoras de necessidades especiais, visando atividades como: trabalhos artesanais, comunicação e integração entre si, priorizando as diferentes necessidades para inclusão social.
- Assegurar a estas pessoas o atendimento com profissionais multidisciplinares(psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, orientadores, assistente social...), materiais didático-pedagógicos, equipamentos de informática, transporte, enfim, uma infra-estrutura que seja capaz de atender as demandas municipal ou regional(sistema de consórcio).
- Criar uma política específica e ampliar a já existente.
- Ampliar políticas públicas para o atendimento ao educando com necessidades especiais na idade adulta, com a participação de entidades governamentais e não governamentais conforme a especificidade desta faixa etária.

8.0- FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

De acordo com a Constituição Brasileira , a Constituição Estadual, a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96 e Resolução n□ 03/97 da CDB do CNE, A Lei de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Lei Orgânica Municipal dos Servidores Públicos e Plano Nacional de Educação, a Valorização dos Profissionais da Educação é prioritária dado sua responsabilidade social que vai além da mediação na construção do conhecimento envolvendo a formação de valores humanos e a construção da cidadania.

A partir da Constituição Federal de 1988, que definiu, entre os princípios básicos em que o ensino deverá ser ministrado, a valorização dos profissionais da educação, tornou-se consenso na sociedade que a melhoria da qualidade do ensino público passa necessariamente pela valorização do magistério. Nesse sentido, a partir da Lei do FUNDEF, Lei 9.434/96, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu diretrizes nacionais para os planos de carreira dos professores, visando assegurar políticas públicas de valorização do magistério que implicam obrigatoriamente na formação inicial de qualidade, nas condições adequadas de trabalho, no salário condigno, na carreira que valorize o desempenho e a titulação do professor e no processo permanente de formação continuada que garanta a atualização e a qualificação do magistério.

A qualidade da educação está vinculada à formação de seus profissionais que nela atuam, cumprindo carga horária de 22horas semanais, 20 horas em sala de aula e 2 horas atividades.

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal foi reavaliado em 2002 e atende a obrigatoriedade da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, 93,94/96 e a Res.nº03/97 da CEB do CNE. O sistema de avaliação dos professores contempla a avaliação de desempenho e a avaliação de títulos, porem não prevê a avaliação de conhecimento.

Em nosso município há 4 5 professores, 08 possuem a formação de magistério, 13 possuem formação superior, 18 possuem curso de pós-graduação, 04 estão cursando Pedagogia e 02 cursando Educação Física.

Na Educação Infantil somente 2 professores são habilitados. No Ensino fundamental de 1□a 4□série todos são habilitados e nas séries finais de 5ª a 8ª séries todos possuem habilitação específica com exceção de 2 professores.

O percentual de professores que atuam em nosso município e possuem formação superior e pós-graduação é significativo, o que demonstra a preocupação com a qualificação por parte destes profissionais, considerando que as instituições formadoras a nível superior são em outros municípios e até mesmo em outro Estado. Isto demonstra que os profissionais da educação estão procurando um aperfeiçoamento melhor para um bom desenvolvimento do trabalho. Na Educação Infantil atuam seis atendentes sendo, que duas possuem o Ensino Médio, quatro com Magistério e uma Pedagogia.

É importante lembrar que não existem dados de domínio público com indicativos de quanto tempo estes profissionais demoraram ou demoram para concluir o curso superior bem como das interrupções de estudos com posterior retomada.

A formação permanente dos trabalhadores em educação apresenta-se como um desafio para a esfera pública do município de São José do Ouro.

Para que o quadro de professores possua formação qualificada a Secretaria Municipal de Educação oferece ajuda de R$ 150.00 por mês para 7 professores da Rede Pública Municipal que estão cursando faculdade. A Secretaria Municipal de Educação tem investido na formação continuada dos seus professores através de promoção anual do Seminário A União Faz a Vida, Seminários Regionais e curso de formação juntamente com as Escolas Estaduais.

A Rede Pública Estadual oferece a formação continuada aos seus professores, através de Encontros , Seminários para professores que atuam com a Educação de Jovens e Adultos ,Projetos sobre Educação Sexual, Trânsito, Meio Ambiente, Violência nas Escolas bem como através de oficinas pedagógicas juntamente com as escolas municipais.

Os parceiros nos eventos de formação são: SICREDI, STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), SER (Sindicato dos Empregadores Rurais), CAMOL, BANRISUL, BANCO DO BRASIL, PREFEITURA MUNICÍPAL E SMEC. Destaca-se o compromisso e a parceria das empresas e associações existentes no município como incentivo para o desenvolvimento profissional.

A conjuntura atual tem diversidade de situações e demandas que por vezes acabam fragilizando os professores, independente de sua formação e preparação para o exercício da função.

A escola enquanto reflexo de um contexto social traz à tona incertezas,que por vezes geram insegurança, desencontro e desânimo. Tais sentimentos vêm afetando os trabalhadores em educação gerando postura de desistência de auto-realização ainda que estes se mantenham no exercício da profissão.

Aliada à formação inicial e permanente a remuneração dos trabalhadores em educação também está vinculada à qualidade do processo educativo. Um profissional bem remunerado pode investir em sua formação cultura e lazer, destinando um maior tempo ao planejamento de suas ações e estudos qualificando seu fazer pedagógico.

A avaliação periódica é feita através do Plano de Carreira anualmente no mês de 0utubro.

8.1- Cargos e funções de apoio administrativo e Serviços Gerais

Escolaridade	EF inc.	EF compl.	EM	ES	Totais
Secretário de Escola				01	01
Motorista	04	01	01		06
Servente	07	01	05		13
Segurança		01			01
Atendente de Creche			04		04
Nutricionista				01	01
Totais	11	03	10	02	26

8.2- Número de professores municipais (nº matrículas) por jornada de trabalho na área de atuação.

Ano:

Área de atuação / jornada	20	25	40	20	25	40	20	25	40	Totais
Educação Infantil	03		02							05
Ensino Fundamental – 1ª a 4ª	18									18
Ensino Fundamental – 5ª a 8ª	23									23
EJA										
TOTAIS	44		02							44

8.3- Cargos funções de Magistério quanto a formação e atuação – 2005.

Função	EM- Normal - Magistério	LP	Total
Direção Educação Infantil	01		01
Direção Ensino Fundamental	02	04	06
Docência Ed. Inf. Pré - Escola	01	01	02
Docência Ens. Fund. 1ª a 4ª	04	12	16
Docência Ens. Fund. 5ª a 8ª	02	17	19
Suporte Pedagógico	-	01	01
Apoio Administrativo	-	01	01
Cedidos	-	05	05
TOTAL	10	41	51

8.4- DIRETRIZES

A qualidade da educação dá-se pela valorização de seus trabalhadores, através da garantia de remuneração condizente com sua formação.

Numa sociedade em constante mudança para que os trabalhadores em educação possam fazer frente às exigências da atualidade, mantendo seu equilíbrio e vislumbrando novas possibilidades de ação, é necessário a formação condições favoráveis de trabalho e de elaboração de políticas de formação permanente permanente ,fortalecendo-os assim, no exercício de sua profissão, permitindo apropriação da realidade, de novas tecnologias e saberes necessários que possibilitarão intervenções qualificadas.

O salário dos trabalhadores em educação deve ser compatível com sua formação, garantindo a qualidade de vida necessária sem sobre carga de trabalho com um mecanismo de reposição de perdas decorrentes do processo inflacionário.

As condições de trabalho favoráveis,com destinação de tempo para estudos, planejamento das atividades e avaliação, dentro da carga horária dos professores, bem como o acesso às novas tecnologias e políticas holísticas de saúde preventiva permitem uma melhor qualidade de vida destes profissionais gerando a melhoria da qualidade do ensino.

Na remuneração do magistério, é indispensável que níveis mais elevados da carreira correspondam a exigências maiores de qualificação profissional e de desempenho.

8.5- OBJETIVOS E METAS

- Implementar uma política salarial com piso próprio para cada uma das instâncias assegurando uma remuneração compatível com as exigências de formação, recuperação de perdas salariais e reposição dos índices de inflação , agregando aumento real aos investimentos.
- Revisar os Planos de Carreira existentes na Rede Pública Municipal garantindo ampla discussão, participação e aproveitamento pelos representantes da categoria.
- Assegurar que os concursos públicos para provimento de cargo de professor dos anos finais do Ensino Fundamental seja por componente curricular a partir da entrada em vigor deste plano.
- Garantir que mesmo em caráter de contratação emergencial e ou situação de substituição de professor titular o profissional contratado tenha habilitação específica para área de atuação.
- Assegurar através das mantenedoras públicas e privadas, políticas de formação permanente dos profissionais em educação, de acordo com as necessidades evidenciais.

- Oportunizar a formação continuada para educadores leigos, que ainda atuam nas redes de ensino, proporcionando o resgate da auto-estima e a valorização profissional e social destes profissionais, através das mantenedoras públicas.
- Garantir situações que favoreçam o aperfeiçoamento profissional, através da formação em cursos, seminários e assessoramento pedagógico propiciado pelas mantedoras, ao longo de cada ano letivo.
- Garantir a formação inicial e continuada, novos saberes tecnológicos e científicos.
- Assegurar que as instituições formadoras de profissionais da educação se apropriem das diferentes propostas pedagógicas para adequar seus currículos à realidade a contar da data da aprovação deste plano.
- Garantir apoio pedagógico às unidades escolares, através de uma assessoria permanente.
- Possibilitar a ressignificação constante do profissional da educação, oferecendo-lhe espaços de formação pessoal, no que tange às relações intra e inter-pessoais.
- Implementar políticas holísticas de saúde preventivas aos profissionais da educação, preservando a qualidade de vida , a partir da aprovação deste plano.
- Assegurar a participação coletiva dos professores e demais profissionais em educação na tomada de decisões que envolvam o aspecto político-pedagógico, garantindo a democratização na escola .
- Oferecer condições favoráveis ao ensino com infra-estrutura adequada, bem como equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas.
- Prever a destinação de recursos humanos que possibilitem a efetivação do Projeto Político Pedagógico de cada escola a partir da entrada em vigor deste plano.

- Ampliar, a partir da colaboração da União e dos Estados os programas de formação em serviços, inclusive por meio de programas de educação a distância que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares.

9.0- FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

9.1- DIAGNÓSTICO

A vinculação, pela Constituição Federal, de 25%, no mínimo, da receita de impostos dos Estados e Municípios para manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, é importante porque garante uma fonte estável para financiar, não sujeita às conveniências da política econômica. Além disso, a instituição de uma política redistributiva de parte dos recursos vinculados, no âmbito dos Estados e seus municípios e com a complementação da União, pela EC nº 14/96, que criou um Fundo para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental obrigatório – FUNDEF, foi um fator que contribuiu efetivamente para a universalização desse nível de ensino no País.

Hoje, é consenso que essa política tem que ser expandida para todas as etapas da educação básica, o que está sendo proposto por meio do projeto de EC nº 415/2005, que cria o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, em tramitação no Congresso Federal.

De acordo com o Art.206 da Constituição Federal, o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, entre os quais a gestão demogrática do ensino público. A autonomia das escolas é um dos elementos fundamentais da democratização da gestão escolar.

Baseado neste princípio o município concede às escolas autonomia na construção dos seus Projetos Político Pedagógicos e no gerenciamento dos Recursos Humanos disponíveis, porém não concede completa autonomia quanto aos recursos financeiros a serem aplicados, com exceção do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

O financiamento e a gestão educacional do nosso município é controlado através do Sistema Municipal de Educação e do Conselho do FUNDEF.

A Secretaria Municipal de Educação como gestora dos recursos vinculados ao MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) vem aplicando os mesmos de acordo com os índices exigidos por lei.

O acompanhamento e controle dos gastos públicos municipais é feito através do Conselho Municipal de Educação e do Conselho do FUNDEF. São aplicados 25% dos recursos vinculados ao MDE na Educ. Infantil, e 25% no Ensino Fundamental.

Visando o acesso e a permanência dos alunos na escola, o município conta com o Programa Bolsa Escola, da União, como apoio financeiro às famílias. Quanto à ajuda para a manutenção e desenvolvimento da proposta pedagógica das escolas a Secretaria de Educação tem dado o apoio necessário. As escolas contam, também com o PDDE-Programa de Dinheiro Direto na Escola e promoções realizadas pelas mesmas com a participação de toda a comunidade escolar.

A fim de implementar o regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino a Secretaria de Educação tem viabilizado a participação do Conselho Municipal de Educação em reuniões mensais que acontecem nos municípios pertencentes a região da AMUNOR, oportunidade em que são discutidos assuntos pertinentes à Educação.

Cada escola construiu sua proposta pedagógica a partir da discussão feita com toda a comunidade escolar estabelecendo os princípios para o desenvolvimento de uma educação mais humanizadora.

Por sua vez a Secretaria de Educação vem desenvolvendo programas e orientando diretores, bem como colaborando em atividades que contribuam para o melhor desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Esta Secretaria também presta auxílio financeiro às professoras que estão cursando pedagogia séries iniciais , na UNOESC de Joaçaba.

9.2- Despesas com pagamento da folha do Magistério

Ano	Nº de matrículas de Professores	Valor da folha R$
2001	54	229.184,81
2002	53	289.620,02
2003	48	326.201,29
2004	45	399.628,02

9.3- Recursos aplicados em Educação

Ano	Valor em R$ do total de impostos	% aplicado MDE	Valor em R$ aplicado em Ed. Infantil	Valor em R$ aplicado em Ens. Fund.
2000	567.836,43	47,92	105.596,71	597.773,76
2001	857.964,91	27,45	77.157,58	865.129,13
2002	998.953,98	25,98	66.216,28	970.768,34
2003	1.147.418,42	25,33	79.366,60	1.083.035,28
2004	1.250.135,49	24,09	93.317,98	1.035.788,21
2005	1.451;250,48	25,42	104.879,20	1.370.609,50

9.4 - DIRETRIZES

A Manutenção e Desenvolvimento do Ensino público municipal deve ser realizada com, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências da União e do Estado. Além dos recursos vinculados, o município conta para investir na educação pública (LDB, Art.68) com: cota municipal do Salário Educação e outros recursos provenientes de programas do FNDE / MEC.

A Gestão Democrática nas instituições educacionais, requer fundamentalmente a participação da comunidade escolar. Para que a Gestão Democrática se efetive é imprescindível a realização de campanhas que incentivem a participação e o envolvimento das comunidades. As famílias também devem participar ativamente nas instituições educacionais a fim de que esta assuma seu papel na educação dos filhos.

No que se refere ao acesso e permanência dos alunos em cada nível ou modalidade de ensino é competência da rede pública municipal dar conta da Educação Infantil e compartilhar com a Rede Estadual o Ensino Fundamental.

O financiamento busca universalizar o acesso, sem com isso, abrir mão da melhor qualidade para a educação. Deve estar a serviço das responsabilidades e necessidades da educação municipal.

Muitas das ações devem acontecer em colaboração entre município, estado e união.

9.5- OBJETIVOS E METAS

- Buscar a permanente qualificação dos espaços das escolas municipais considerando suas particularidades e necessidades.
- Criar projetos em parceria com outras entidades para desenvolver atividades sócio-educativas e culturais.
- Garantir recursos para investir na formação continuada de todos os profissionais da educação.
- Investir na informatização das escolas nos aspectos administrativo e pedagógico.
- Prever no orçamento municipal a complementação de recursos para a alimentação escolar das escolas municipais, garantindo a qualidade da alimentação oferecida, de acordo com a necessidade de cada escola.
- Buscar a permanente qualificação dos espaços pedagógicos das escolas.

- Estabelecer a Educação Infantil como prioridade para ampliação do investimento dos recursos do MDE.

o estado e a união para atender as necessidades dos alunos, conforme legislação.

- Oferecer e ampliar o Transporte escolar no meio rural em parcerias com o Estado e a União para atender as necessidades dos alunos conforme legislação.
- Ampliar o acervo da Biblioteca Pública Municipal e informatizar dados possibilitando o acesso em rede.
- Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art.212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos veiculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos arts. 70 e 71 da LDB, que definem os gastos admitidos de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica.
- Assegurar que além de outros recursos municipais os recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados ao Ensino Fundamental sejam aplicados, prioritariamente, na Educação Infantil.

1. **Dados de Identificação:**

1.1- Prefeitura Municipal de São José do Ouro

1.2- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

1.3- Prefeito Municipal - Pedro Fernando Grassi

1.4- Vice-prefeito – Roberto Broch

1.5- Secretário Municipal de Educação – Sergio Luiz Priamo

1.6- Presidente do Conselho Municipal de Educação – Lucimar Zanella Rottini

1.7- Instituições Responsáveis pelo processo de elaboração do PME:

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer e Conselho Municipal de Educação

1.8- Coordenação Geral – Lucimar Zanella Rotini e Zélia M. Centenaro Jacobi

1.9- Comissão Organizadora- Cláudia Carbonera, Vanderléia Graeff, Edicelma Primieri, Almiria de Matos Hoffmann, Ademir Primieri, Marlene de Matos Miotto

1.10- Coordenadores e participantes das Comissões de Sistematização das Câmaras Temáticas:

1.10.1- <u>Educação Infantil</u>

- Adalmir Jacobi Schaeffer

- Clarice Burtuli

- Valtrudes Silvio de Souza

1.10. 2- <u>Ensino Fundamental</u>

- Maristela S. Madella

- Mônica Brugnarotto

- Simone Tosso Mendes

1.10.3- Educação Especial

- **Claudia S.P.M. de Araújo**
- **Carolina T. Ferreira**
- **Cleusa D. Tonello**

1.10.4- Educação de Jovens e Adultos

- **Adriana de Souza**
- **Luciana Polo Rizzon**
- **Nilse Tonello**

1.10.5- Financiamento e Gestão da Educação

- **Valquiria Graeff**
- **Zélia M. C. Jacobi**

1.10.6- Formação e Valorização do Magistério

- **Geni Beltrame Ferreira**
- **Marivone Silvestrini de Souza**

SUMÁRIO

- Plano Municipal de Educação
- Fundamentação Teórica
- Breve Histórico de São José do Ouro
1- Ensino Fundamental
1.1- Introdução
1.2- Diagnóstico
1.3- População de 07 a 14 anos
1.4- Alunos matriculados de 07 a 14 anos em 2005
1.5-Taxa de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental
1.6- Evolução nas taxas de reprovação do Ensino Fundamental
1.7-Evolução das taxas de abandono no Ensino Fundamental
1.8- Taxa de distorção, série por série, do Ensino Fundamental, no ano de 2005.
1.9- Escolas Municipais e Estaduais
1.10- Participação da comunidade nas Escolas Municipais
1.11 – Situação do Programa de Alimentação Escolar
1.12- Classes Multisseriadas
1.13- Situação do Programa de Transporte Escolar no Município
1.14- Tempo de permanência – horas por dia – das crianças nas escolas do Ensino Fundamental
1.15- Número de Escolas Municipais e Estaduais do Ensino Fundamental com Conselhos Escolares ou outra forma de participação na comunidade
1.16- Número de Escolas Municipais do Ensino Fundamental com Propostas Pedagógicas

1.17 – Relação Professor / Alunos na Rede Municipal – 2005
1.18- Matrícula Inicial por ano /série na Educação Básica por dependência administrativa
1.19- Escolas de Educação Básica por dependência administrativa
1.20- Escolas Municipais por Tipologia e Localização
1.21- Atendimento à população de 7 a 14 anos
1.22- Dados sobre matrículas do Ensino Fundamental
1.23- Custo Aluno – Ano na Rede Municipal de Ensino
2.0 – Situação do Programa Bolsa Família
3.0- Diretrizes
3.1- Objetivos e Metas
4.0- Educação Infantil
4.1- Diagnóstico
4.2- Atendimento à população de zero a 6 anos
4.3- Diretrizes
4.4- Objetivos e Metas
5.0- Ensino Médio
5.1- Alunos matriculados no Ensino Médio – Rede Estadual
6.0- Educação de Jovens e Adultos
6.1- Diagnóstico
6.2- Número de alunos de EJA de São José do Ouro que concluíram o Ensino Médio em Cacique Doble
6.3- Quantidade de alunos da EJA – 1º Sem. 2003, 2004, 2005
6.4- Quantidade de alunos da EJA – 2º Sem. 2003, 2004, 2005
6.5- Diretrizes
6.6- Objetivos e Metas
7.0-Educação Especial
7.1- Diagnóstico
7.2- Diretrizes
7.3- Objetivos e Metas
8.0- Formação e Valorização do Magistério
8.1- Cargos e Funções de Apoio Administrativo e Serviços Gerais

8.2- Número de professores municipais por jornada de trabalho na área de atuação

8.3- Cargos e Funções de Magistério quanto à formação e atuação

8.4- Diretrizes

8.5- Objetivos e Metas

9.0- Financiamento e Gestão da Educação

9.1- Diagnóstico

9.2- Despesa com pagamento da Folha do Magistério

9.3- Recursos aplicados em Educação

9.4- Diretrizes

9.5- Objetivos e Metas

Bibliografia

Brasil, Constituição, Direito Constitucional – Brasil. Fundamentação ao Estudante, Rio de Janeiro, 2 ed, 1988.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal Nº8.069/1199, Produção editorial Gráfica Murialdo, Caxias do Sul: 1990

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra, São Paulo:1996

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil, 1996

Revista Educação Municipal – 2004 – Ano16 – Nº07 – UNDIME.

Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a Educação Especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial MEC, SEESP, 2001.

Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil. Vol.II, Brasília; 1998.

Livro de São José do Ouro.